

INTRODUÇÃO

O EXERCÍCIO ALCORA NO JOGO DAS ALIANÇAS SECRETAS

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

*Somos irmãos de armas lutando contra um inimigo comum
que tem de ser derrotado.¹*

Há cinco décadas começava a Guerra Colonial portuguesa no palco africano. E muito permanece por dizer sobre os contornos desta guerra e das lutas nacionalistas, assim como das suas implicações geoestratégicas no contexto da Guerra Fria. Este livro tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre aspetos menos conhecidos dessa guerra, centrando a atenção nos contornos e implicações do *Exercício Alcora*, uma aliança nunca publicamente reconhecida, estabelecida entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal (figura 1). São estes três países que desenvolveram o projeto desta aliança militar e política, firmada em 1970, cujo impacto perdurou para além das independências de Moçambique e Angola.

Procurando sustentar ‘os ventos da mudança’,² a África do Sul tinha construído um cordão de proteção em seu redor, formado por países e colónias governados por regimes brancos minoritários – a Rodésia do Sul, o Sudoeste Africano, e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique. Porém, a vaga das independências ia chegando ao Sul de África: a Zâmbia e o Malawi ficaram independentes em 1964, o Botswana e o Lesoto em 1966, e a Swazilândia em 1968. As conquistas económicas e científicas da África do Sul já chamavam a atenção nos anos 60, porém, o sistema económico existente, e que transformou a África do Sul numa economia emergente nos anos 60, estabeleceu relações de dependência

¹ ‘Ponto de vista sul-africano (General Fraser) acerca da conduta geral da campanha no sueste de Angola, de Abril de 1970. MUITO SECRETA’, Arquivo Histórico Militar, Divisão 2, Secção 2, Nr. 9, Cx. 163.

² Alusão ao discurso pronunciado pelo então Primeiro-ministro britânico, Harold Mcmillan, no parlamento sul-africano, em fevereiro de 1960, em que este acentuou a importância das transformações políticas em curso no continente, fruto das independências africanas (Macmillan, 1972).

FIGURA 1
Países do extremo austral de África



económica com os restantes territórios da África Austral. Muitos possuíam extensos contingentes de mão-de-obra migrante laborando nas minas.

Os confrontos de poder nesta região do mundo encontraram reflexo no quadro geopolítico que ali se desenhava. Para muitos, a Guerra Fria é vista como um sistema de manutenção de paz entre dois blocos mundiais, conduzidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Vista desta perspetiva, a história produzida revela-se preñe de silêncios, como acontece em relação ao Terceiro Mundo. Uma leitura superficial da Guerra Fria, como Tony Judt (2010: 378) aponta, não só invisibiliza a maior parte do mundo, como centra este confronto na luta de dois únicos projetos políticos. Ora, o palco africano foi um dos espaços mais devastados pelos conflitos violentos da última fase da Guerra Fria. No contexto da África Austral, associado ao choque de ideologias – que ultrapassou a mera diferença entre o projeto soviético e o projeto ocidental,

como se discutirá adiante – estavam igualmente em confronto vários projetos imperiais (Gleijeses, 2002; Westad, 2007; Onslow, 2009).

A semântica substanciada nos protocolos estabelecidos pelas três partes envolvidas no *Exercício* espelha este confronto. A definição de *países Alcora* referenciava os três países intervenientes neste processo: a África do Sul era independente desde o início do século XX; a Rodésia tinha proclamado unilateralmente a sua independência em 1965; Portugal, confrontado com os ventos da história, reinventou-se como uma nação pluricontinental, composta por províncias metropolitanas e ultramarinas, onde se destacavam Angola e Moçambique.³ Porque as províncias ultramarinas de Moçambique e Angola não eram autónomas, foi introduzido o conceito *territórios ALCORA* para fazer referência integralmente à região de ‘crescente importância estratégica mundial’, sob ameaça do comunismo global: a África do Sul, a Rodésia, Angola e Moçambique.⁴ A documentação consultada⁵ revela ainda a presença da indicação ‘África Austral’, um conceito mais amplo que agregava várias regiões do extremo austral do continente africano: África do Sul, Rodésia e as colónias de Angola e Moçambique (ou seja, regiões governadas por minorias brancas), e as regiões que se iam emancipando do jugo colonial britânico, como o Botswana, o Lesoto, a Suazilândia e o Malawi.

A aliança estabelecida através do *Exercício Alcora*, como revelam os documentos em arquivo, definia como objetivo central combater o comunismo e o seu braço armado na região, os movimentos nacionalistas, cuja luta se expandia.⁶ Como apontam as atas de várias reuniões, na génese desta aliança estava a necessidade de coordenação de atividades que permitissem limitar os movimentos dos grupos independentistas, e preservar um mapa de soberania branca na África Austral. ‘Juntos venceremos’ será a mote que animará esta aliança entre os últimos representantes do poder ‘branco’ na zona austral de África, como vários dos capítulos que integram este volume apontam (veja-se a figura 2).

³ Veja-se a Lei nº 2048, referente à revisão constitucional, promulgada a 11 de junho de 1951. Posteriormente Angola e Moçambique transformar-se-iam em Estados dotados de suposta autonomia – veja-se a Lei nº 5/72.

⁴ ‘Exercício ALCORA. Conceito estratégico militar’, Arquivo da Defesa Nacional, cx. 6179.1.

⁵ Este tema é desenvolvido com maior detalhe nos capítulos de Aniceto Afonso e Amélia Souto, neste volume.

⁶ Vejam-se os documentos do Arquivo da Defesa Nacional, SGDN, nº 464/AU.

FIGURA 2
Exemplo de um dos autocolantes distribuídos
pelas campanhas de informação⁷



O que esta aliança mostra é que as independências políticas não coincidiram com os processos de emancipação política das maiorias africanas. O confronto entre os vários projetos políticos, como se verá de seguida, traduziu-se, como Shubin (2008) sublinha, numa ‘quente Guerra Fria’, embora normalmente estas situações de violência sejam descritas como ‘confrontos periféricos’. Ações terroristas contra estados vizinhos, a persistência de relações de dependência neocoloniais, conflitos étnicos, etc., são ignorados como episódios locais. Porém, como este livro revela, a Guerra Fria manteve-se uma realidade intimamente experimentada por todos os que habitavam o extremo austral de África.⁸ Quando analisado em detalhe, o confronto vivido nesta região – primeiro entre os *territórios Alcora* e os movimentos nacionalistas e, depois, entre a África do Sul do *apartheid* e a Rodésia, sua aliada, e os restantes países –, está repleto de episódios sobre a persistência do impacto da situação colonial nesta região do mundo.

⁷ Imagem gentilmente cedida por Eduardo Roseira.

⁸ Este tema é retomado no último capítulo deste livro.

Neste sentido, a compreensão dos conflitos que marcaram a história do cone austral do continente africano na segunda metade do século XX exige uma abordagem crítica à construção da história – nacional, regional, coletiva, pessoal – e uma análise do porquê de tantos segredos preservados e de tantos mitos intocados.⁹ O desafio aqui constituído é tão mais instigante quando sabemos que ‘proverbalmente, as nações gostam de esquecer os estilhaços das suas guerras passadas’ (Hacking, 1996: 78).

O foco deste livro incide sobre os últimos anos da presença colonial portuguesa no cone austral de África, em Angola e Moçambique, com um duplo objetivo: alargar a discussão pública sobre os episódios de violência que caracterizariam a África Austral a partir dos anos 60 do século passado e, em paralelo, ampliar o estudo dos impactos destes episódios violentos na configuração política regional atual. O abrir deste tema obriga a um alargamento da análise deste período, com caracterizações que permitam avaliar o contexto sociocultural e económico vivido na região.

A noção de memória histórica é, por vezes, confundida com memórias pessoais, individuais, que nada revelam dos projetos políticos das organizações (revolucionárias, algumas) e dos atores que integraram estas lutas. Levando em consideração as narrativas sobre as guerras como construções de significados – em simbiose com as memórias, num processo permeado por valores e relações de poder que dominam contextos sociais específicos –, este livro procura contribuir para completar o puzzle histórico destes conflitos o mais exaustivamente possível, recorrendo, para esse efeito, tanto a documentos como a narrativas pessoais, tanto a fontes bibliográficas como a gravações antigas. Porque

as memórias nunca são meros registos do passado, são antes reconstruções interpretativas que carregam a marca das convenções narrativas locais, dos pressupostos culturais, das formações e práticas discursivas, e dos contextos sociais de recordação e comemoração (Antze e Lambek, 1996: vii).

⁹ Importa, por isso, fazer dialogar a diversidade de frentes de luta que integraram o processo de libertação com as interpretações críticas que lhes estão associadas, para criar uma ideia mais ampla de comunidade e de cidadania. As abordagens oficiais sobre este passado têm sido, neste contexto, bastante diferentes, indo da experiência sul-africana, que integrou uma Comissão de Verdade e Reconciliação, a representações centradas no processo de libertação (luta armada) como núcleo central do desenvolvimento do imaginário nacional (Leys e Saul, 1995; Alexander, McGregor e Ranger, 2000; Mabeko-Tali, 2001; Meneses, 2011). Sobre os debates em Portugal, veja-se o capítulo de Miguel Cardina, neste volume.

Na base deste livro estão várias fontes que, no conjunto, contribuem para a reconstrução desse momento, comum a vários países e experienciado por povos distintos com aspirações diversas. O confronto de fontes complementares traduziu-se numa extensa combinação de informações de arquivo, *média* e entrevistas com pessoal militar envolvido direta ou indiretamente com esta aliança, o que permitiu alargar o escopo da pesquisa para além de uma ‘repetição de traumas e de histórias funestas’ (Jelin, 1994: 53). Finalmente, a investigação que subjaz a este livro revela a distinção entre dois tempos: o tempo em que os factos tiveram lugar e o tempo corrente. Como Beatriz Sarlo (2007) sublinha, a guinada subjetiva do presente marca a intervenção analítica sobre os processos do passado, revelando, em simultâneo, muito sobre o passado mas também sobre as dúvidas que este suscita no presente, associado às realidades que acompanham este passado. Neste trajeto em busca do passado procurou-se, para além do evento – o *Exercício Alcora* –, discutir os roteiros que as alianças geraram até ao presente, tornando a sua análise mais densa (Coelho, 2010).

O direito à história tem vindo nas últimas décadas a ganhar um crescente reconhecimento, apelando a uma análise política das representações construídas. As representações da história medeiam as relações sociais e os processos identitários, sendo instrumentais na criação e gestão identitária, ao determinar, de forma fundamental, que projetos e perspectivas sejam vistos como legítimos e validados através de atos de memória. As múltiplas histórias que o *Exercício Alcora* tem desvelado sugerem percursos distintos, influenciados pela memória social do ‘acontecido’ e pela gestão das repercussões políticas nos diferentes contextos atuais. Estas histórias estão repletas de silêncios que, como recurso a toda uma sorte de arquivos, são problematizados pelos autores nos vários capítulos que integram este volume.

No modo como é revelado o passado, é evidente que a história se transforma num exercício de poder. Os artifícios do poder de narrar transformam uma versão da história na única verdade definitiva, na macro narrativa histórica. As lutas pelas memórias no reconstituir de sentidos e de novos espaços geopolíticos continuam marcadas pelos impactos da fratura abissal colonial moderna (Santos, 2009). Num livro produzido num presente geopolítico, caracterizado pelo evitamento de leituras dialógicas sobre a situação colonial – numa perspetiva multi-escalar (local, regional e global) –, a atenção às alianças políticas e militares confronta a escrita de histórias dos países que, apagando violências e contradições internas, transformam as experiências de guerra numa experiência nacional ‘domesticada’, pressuposto em que assentavam

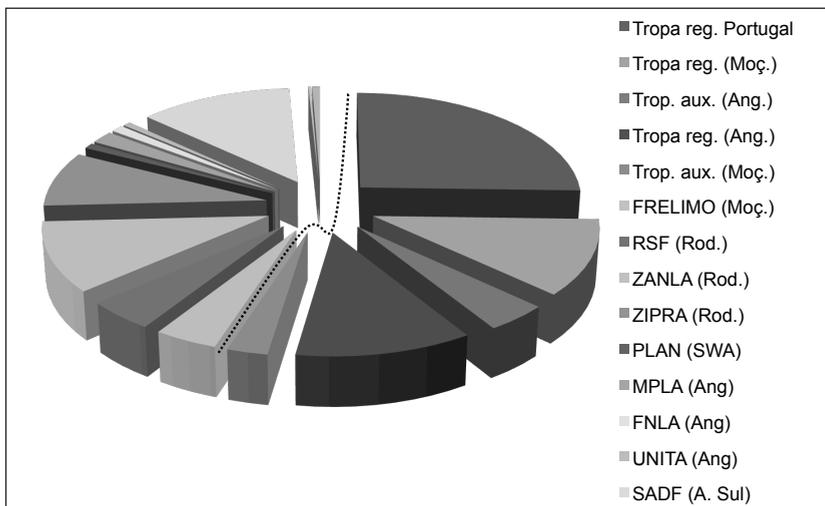
os novos projetos de cidadania. Desta forma o passado transforma-se, como Tony Judt assinala (2002: 157), num outro país, cristalizando-se numa rutura que dificulta enormemente a possibilidade reflexiva e argumentadora sobre a história recente.

A Guerra Colonial faz parte da fundação da realidade sociopolítica do Portugal contemporâneo a que a transição democrática, iniciada com o 25 de Abril, está intimamente ligada. De facto, o 25 de Abril não pode ser analisado dissociado da guerra que, entre 61 e 74, opôs as Forças Armadas Portuguesas aos movimentos nacionalistas independentistas em Angola, Moçambique e Guiné. Nos países africanos de língua portuguesa a Guerra Colonial foi crucial para as independências, tendo repercussões nos longos conflitos que nestes lhe sucederam (Souto, 2007; Afonso e Gomes, 2010). Assim, a compreensão profunda da Guerra Colonial ganha especial relevo numa abordagem crítica à construção de memórias nacionais e numa análise sobre como segredos de tamanha importância viajaram até ao presente. Explorando as linhas de pesquisa sugeridas pelo conhecimento do *Exercício Alcora*, o conflito que opôs Portugal, a Rodésia e a África do Sul aos movimentos nacionalistas emerge como parte de um conflito regional – luta contra independências negras na África Austral –, e como parte de um conflito global – parte do sistema da Guerra Fria na África Austral (Westad, 2007; Shubin, 2008).

Estudar os envolvimento específicos dos *países Alcora* revela a magnitude do conflito e do seu impacto a vários níveis. Portugal ‘pagou’ um preço considerável pela proteção da África Austral do nacionalismo africano (Maxwell, 1985: 530): um exército de duzentos mil homens em África, em 1974, com gastos de defesa que se cifravam nos 425 milhões de dólares (veja-se a figura 3, com uma aproximação ao total de forças envolvidas no conflito, em 1973-74). Na mesma altura, a África do Sul, cujo produto interno bruto era três vezes superior ao de Portugal, teve gastos semelhantes com a defesa e segurança do seu território (incluindo o Sudoeste Africano).

Embora se trate de uma estimativa, porque em muitos casos os dados divergiam bastante e são difíceis de confirmar, a informação recolhida em múltiplas fontes sugere que nos anos 1973-74 o total de forças armadas na África Austral aproximava-se de 260 000. Neste número incluíam-se tanto as forças de defesa e segurança dos *países Alcora*, como dos movimentos que levavam a cabo ações ‘insurgentes’ nesses territórios. Os guerrilheiros, o ‘outro’ lado das forças envolvidas neste conflito, eram definidos pelo *Alcora* nos seguintes termos:

FIGURA 3
1973-74 – Estimativa do contingente de forças armadas (regulares e irregulares)



Fonte: Cruzamento de informações referenciadas em múltiplas publicações.

Insurreto: um indígena [negro] ou nacional estrangeiro [branco, indiano, etc.] não reconhecido como beligerante pela lei internacional, aspirando a derrubar um governo pela força. Em guerra revolucionária, os termos ‘guerrilheiro, revolucionário, terrorista, dissidente e agitador’ são usados de vez em quando para indicar diferenças em relação à oposição.¹⁰

Para perceber o curso e as dinâmicas das lutas no cone austral de África é crucial avaliar o impacto da Guerra Fria sobre as elites no poder nos *territórios Alcora* e as suas respostas às ações militares insurgentes levadas a cabo pelos vários movimentos nacionalistas e de libertação nacional. Ambos os lados se socorriam de apoios internos e externos de molde a reforçar as suas posições. Especificamente no caso de Portugal (nos palcos de guerra de Angola e Moçambique), e como os dados sugerem, os seus soldados mobilizados correspondiam a cerca de metade do contingente (incluindo-se nesta avaliação quer as tropas formais, quer as irregulares).¹¹

¹⁰ ‘Acta da 1ª Reunião do Exercício Alcora’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 7B, Série 44, Cx. 370, nº 16.

¹¹ Este tema é abordado em detalhe no capítulo de Carlos Matos Gomes, neste volume.

O ‘peso’ da guerra no desgaste da capacidade financeira e humana de Portugal (metropolitano e ultramarino) era óbvio em 1974. À beira de perder o controlo da guerra em Angola e Moçambique, Portugal via-se obrigado a transferir para a África do Sul a capacidade de dirigir e orientar o uso das forças militares no terreno. Confrontada com a incapacidade de Portugal em continuar a jogar um papel de liderança na luta contra o terrorismo na África Austral, a África do Sul, em 1974, atribuiu-se o papel de liderança – financeira e humana – deste conflito (Morris, 1974; Flower, 1987). Ou seja, a solução para o conflito mantinha-se militar, insistindo-se no modelo inspirador do *Alcora* – uma *Commonwealth* para defender os interesses do projeto da minoria branca. O Primeiro-ministro sul-africano, Balthazar Johannes Vorster,¹² com o apoio de Ian Smith,¹³ chefe do governo rodesiano, estava apostado em manter os conflitos centrados a norte do Zambeze, tendo este último afirmado: ‘quanto mais para norte pudermos conter a linha de defesa contra os comunistas, melhor’.¹⁴ Para realizar esta operação, e como várias fontes referem, o governo sul-africano preparava-se para mobilizar

[...] até cem mil homens, brancos, para a constituição de brigadas mistas, altamente móveis, prontas para intervir em qualquer ponto de Angola e Moçambique, não requerendo de Portugal mais do que um contributo diminuto, e o empenho de algumas companhias de comandos e pára-quedistas (Guardiola, 2009: 21-22).

Uma das questões que continua por deslindar é o que aconteceu a estes homens, treinados e preparados para intervir no palco de guerra, com a rápida transição para as independências de Angola e Moçambique, países cujos novos governos se opunham às propostas políticas do governo sul-africano. Num outro plano, e contrariando leituras triunfalistas sobre o sucesso militar português nas frentes de Angola e Moçambique, este livro traz para o debate

¹² Também conhecido como B. J. Vorster, foi um político nacionalista da direita sul-africana, que serviu como Primeiro-ministro entre 1966 e 1978. Posteriormente foi eleito Presidente, (1978), tendo sido afastado do cargo em 1979 na sequência de um escândalo.

¹³ Ian Smith foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e um defensor acérrimo do poder branco. Em 1965 declarou a independência unilateral da Rodésia, tendo-se mantido à frente do governo da Rodésia até à transmissão de poderes para a maioria negra.

¹⁴ Conferência de imprensa de Ian Smith no castelo de Engelenburg em Brummen, Holanda, em 21 de abril de 1997, editada por R. Allport. Disponível em <http://www.rhodesia.nl/smithpc.htm>, e consultado em 10 de outubro de 2012.

dados que sugerem uma análise mais sofisticada desta guerra, dos contextos em que ela se desenvolvia, e dos territórios envolvidos. E desta forma, este livro procura contribuir para ampliar o estudo sobre o tema da guerra colonial/nacionalista. Especificamente, procurou-se, em primeiro lugar, identificar atores (institucionais e/ou individuais) escondidos ou esquecidos, cujos relatos e percursos desafiem as narrativas estabelecidas de um Portugal *orgulhosamente só*.¹⁵ Esta convocação nacionalista, lançada pelo Estado Novo, é ainda frequentemente conotada com a opção política externa (isolamento nas Nações Unidas, por exemplo) e com o esforço de guerra nas colónias africanas (Nogueira, 2000b: 7-8). Esta campanha de propaganda ideológica sobre o suposto isolamento de que Portugal era vítima contradizia a realidade, pois Portugal contava com uma rede internacional de apoio.¹⁶ Do ponto de vista político, era útil apostar na superioridade moral e política de Portugal no Ocidente, onde a frente da Guerra Colonial representava uma trincheira de luta ‘para preservar a civilização ocidental dos bárbaros que ameaçam subverter o mundo’.¹⁷ E o *Exercício Alcora* integrava uma componente de propaganda,¹⁸ buscando convencer as nações africanas e o mundo livre de que o que estava em causa era a sobrevivência da África Austral (Guardiola, 2009). Este livro deseja retomar temas que caíram no esquecimento, para compreender de modo mais detalhado os contornos político-militares que marcaram a participação de três forças políticas – África do Sul, Rodésia e Portugal – no *Exercício Alcora* e a continuidade, se a houve, destas alianças. Imbricando os palcos da Guerra Colonial de Moçambique e Angola num conflito mais amplo, o estudo deste pacto permite aprofundar os conhecimentos sobre o tabuleiro geopolítico no qual a Guerra Colonial portuguesa foi parte de uma África Austral imaginada e dos interesses da Guerra Fria (Cann, 1998; Correia e Verhoef, 2009; Onslow, 2009).

¹⁵ A mesma referência estava presente no imaginário rodésiano. Uma das suas músicas mais famosas – *Os Rodésianos Nunca Morrem* – assevera no refrão, ‘se tivermos de continuar sós, continuaremos, e com muito orgulho.’

¹⁶ Especialmente entre os seus aliados ocidentais, dentro da NATO (Cann, 1998, 2001).

¹⁷ ‘Informação do coronel G. L. Faria, Tete, Moçambique, ao brigadeiro K. A. Radford, Salisbúria, Rodésia, de 13 de Abril de 1970’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 31, Cx. 980 (1).

¹⁸ ‘Propaganda ostensiva da África do Sul e Rodésia em Moçambique’, SGDN, documento nº 28, Arquivo da Defesa Nacional, nº 4413.5.

Finalmente, nos contextos de Angola e Moçambique, um conhecimento aprofundado sobre a relação entre a Guerra Colonial e as lutas nacionalistas ganha relevância numa aproximação crítica à construção de memórias nacionais em todos os países envolvidos. Este estudo revela-se, assim, fundamental para compreender as raízes das crises sociais e políticas atuais destes países africanos que conquistaram a independência. Como vários autores sugerem,¹⁹ muitos dos problemas resultantes de eventos formalmente considerados como descontentamento civil (ou guerra civil) na África Austral são reflexo de opções políticas que envolveram diversos atores hoje virtualmente esquecidos. Quem eram os ‘inimigos’ que estavam na origem da constituição do *Alcora*? Quem beneficiou desta aliança? Que memórias existem desta guerra feita de guerras? Que se sabe sobre os atores que nelas participaram, sobre as razões da sua presença, sobre os projetos políticos que defendiam?

Falar de heranças coloniais sugere a necessidade de reconhecer esta história partilhada das relações coloniais, embora esta herança não seja sempre reconhecida, formal e historicamente, pelos seus potenciais herdeiros. A história recente dos países que integraram o *território Alcora* mostra os problemas associados à tentativa de construção de uma historiografia que discuta, de forma partilhada, as memórias deste evento que marcou a região; na atualidade prevalecem as narrativas históricas nacionais desenvolvidas sobre o denominador comum – um mesmo território e um mesmo conflito –, seja a Guerra Colonial na etapa final da colonização imperial portuguesa, seja o processo que conduziu à independência nacional de Moçambique, Angola, Namíbia ou Zimbábue; ou, ainda, o impacto de uma ausência reflexiva sobre a ‘verdade’ acerca da intervenção militar hegemónica sul-africana na região. Estas várias histórias, no seu conjunto, expõem percursos distintos e atores diversos, influenciadas pela memória social do ‘acontecido’ e pela maneira como esta é gerida politicamente.

No seu todo, este livro abre o campo para o questionamento de algumas das macro narrativas oficiais sobre a década de 1970, quer na esfera pública e historiográfica portuguesa, quer na dos países da África Austral. Isto permite ampliar o debate sobre este momento histórico, mediando a relação entre experiências dos que o viveram e as marcas daí resultantes.

No capítulo 1, Miguel Cardina centra-se no modo como a violência tem sido recuperada enquanto indicador da natureza repressiva dos regimes totalitários

¹⁹ Veja-se Guerra, 1988; Davies, 1989; Minter, 1998a; Coelho, 2009 e Saunders, 2011.

do século XX. Com especial ênfase na ditadura portuguesa, o autor enfatiza, por um lado, a relevância de um olhar atento às diferentes emanções da violência, que se opõe ao esquecimento tantas vezes perpetrado. Por outro lado, procura mostrar que a memória da violência não existe só em relação às vítimas, mas, também, em relação à resistência de quem ousou desafiar as diferentes formas de totalitarismo.

No capítulo 2, Maria Paula Meneses confere atenção à violência que atingiu a África Austral na segunda metade do século XX. Por um lado, estamos perante uma história de violência que não é separável dos dois projetos expansionistas celeberramente opostos – o bloco capitalista e o bloco socialista – que se contenderam no pós II Guerra Mundial. Por outro lado, como a autora sublinha, as dinâmicas político-militares da região jamais poderão ser apreendidas sem uma atenção a outras historicidades e confrontos; em particular às agendas nacionalistas dos movimentos independentistas negros e a um ambicioso projeto – liderado pela África do Sul – de hegemonia branca, capaz de garantir a dominação colonial no extremo Sul do continente.

No capítulo 3, Maria Paula Meneses e Catarina Gomes analisam o retorno à metrópole de milhares de portugueses vindos das ex-colónias de África. A análise a esta vaga populacional suscita uma revisitação da questão da identidade de *retornado*, e um olhar aos percursos dos sujeitos socialmente inscritos nesta categorização histórica. Por outro lado, a análise da especificidade das colónias de povoamento, casos de Angola e Moçambique, é tida como decisiva para uma compreensão mais complexa de processos como as guerras coloniais, a ‘descolonização’ e as independências.

No Capítulo 4, Aniceto Afonso oferece um retrato das processualidades atinentes à constituição e sedimentação do *Exercício Alcora*. Como o autor demonstra, a aliança firmada entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia assumia um crescente aprofundamento no final da Guerra Colonial portuguesa. Pela análise do autor fica claro que o compromisso político e a interdependência militar – sob a liderança da África do Sul – implicados por esta aliança, se mostravam inamovíveis e, não fosse o 25 de Abril, teriam sido ainda mais centrais na continuação do esforço de guerra português.

No capítulo 5, Carlos de Matos Gomes explica os antecedentes e fatores decisivos na base do recrutamento local de soldados para o Exército Português – e a concomitante ‘africanização na guerra’. A partir de uma atenta análise aos números – que traduzem um aumento dramático do recrutamento local durante a guerra – e às diferentes estratégias que foram compondo as forças

militares (e paramilitares) portuguesas, o que o autor estabelece permite-nos prefigurar a violência que assolou as ex-colónias após as independências.

No capítulo 6, Amélia Neves de Souto procede a uma exaustiva análise da documentação em que se espelham as trocas diplomáticas e as ponderações político-militares que estiveram na origem do *Exercício Alcora*, e que ajudam a compreender os termos em que se constitui um desígnio comum substanciado na *Doutrina ALCORA*. Projetando um retrato mais próximo da lógica estratégica e operacional da guerra, a autora dedica-se ainda a analisar de que modo esta aliança entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal se repercutiu na contenda em território moçambicano.

No capítulo 7, Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins mostram como o projeto de uma hegemonia branca substanciado no *Exercício Alcora* haveria de produzir efeitos muito para além do fim da Guerra Colonial portuguesa. Os conflitos que continuaram a visitar a África Austral – por exemplo, nas ditas guerras civis – convocam as dinâmicas que nos remetem para as dinâmicas da Guerra Fria, mas que jamais serão inteiramente explicados sem termos em conta os sonhos coloniais que se aliaram, até ao fim, contra os ‘ventos da mudança’.

